

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.092

ANÁLISE DO PERFIL DOS INGRESSANTES E FORMADOS DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (2014 - 2022)

Lucas Mariano Brito Silva¹
Carlos Alberto Vasconcelos²
Maria Lenilda Caetano França³

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar o perfil dos discentes ingressantes e formados do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para isso, o percurso metodológico balizou-se em uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, utilizando os procedimentos de estudo de caso, revisão bibliográfica e análise documental. Para fins de coleta de dados, utilizou-se os relatórios do SIE WEB, Módulo Acadêmico da instituição, obtidos através da base de dados da Coordenação do Curso pesquisado, considerando os registros de nove turmas, referentes aos anos de 2014 a 2022, com um quantitativo de 432 discentes, com foco de interesse nos dados por sexo biológico e por etnia. Além disso, foram coletados dados secundários na base "UFAL em números", e registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A partir das análises, no que concerne aos ingressantes, constatou-se que 63,88% são do sexo biológico feminino e apenas 36,12% do sexo biológico masculino. Em relação à etnia, os resultados revelaram uma predominância de discentes autodeclarados

- 1 Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe (PPGECIMA/UFSE), lucas.mbsilva@gmail.com;
- 2 Doutor pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFSE), geopedagogia@yahoo.com.br;
- 3 Professora orientadora: Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFSE), maria.franca@penedo.ufal.br;

pardos com 48,61%, seguidos discentes autodeclarados pretos com 15,28%, além de 13,89% de discentes autodeclarados brancos, 2,55% autodeclarados amarelos, e ainda apresenta 19,68% de discentes que não declararam etnia, e nenhum discente indígena. Em relação aos formados, constatou-se que 74,08% são do sexo biológico feminino e 25,92% do sexo biológico masculino. Já em relação à etnia, identificou-se maior índice de conclusão de discentes autodeclarados pardos e pretos. Diante disso, os resultados podem apresentar a relação à Lei 12.711/2012, que estabeleceu a política de cotas no Brasil, bem como ao processo de expansão do ensino superior no país, mas denota a necessidade de estudos complementares para identificar outros aspectos referentes ao perfil dos discentes

Palavras-chave: Ensino Superior, Licenciatura, Perfil, Ingressantes, Formados.

INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas, o Ensino Superior brasileiro atravessou um período de mudanças, sobretudo, na expansão significativa dos números de vagas, cursos, instituições, bem como a ampliação no quantitativo de estudantes, demonstrando novos rumos para a educação no país (Barbosa, 2019). O processo de expansão, segundo Reis e Pires (2023) denota uma relação direta com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Ainda na perspectiva das autoras, a segunda metade de 1990 é marcada por uma intensa ampliação da oferta de oportunidades de acesso decorrentes, principalmente das políticas educacionais de financiamento do governo federal. Coadunando com esse cenário, Vieira (2023) destaca que a LBDEN propiciou a diversificação do sistema de ensino através do surgimento de outras instituições de ensino com a ofertassem o ensino superior.

Já nos anos 2000, Tomás e Silveira (2021) elenca iniciativas do governo federal que possibilitaram o processo de expansão, entre elas: a) o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004 pela Lei nº 10.891; b) o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni; e c) Lei de Cotas conforme a Lei 12.711/2012. Além disso, Santos, Dias e Vian (2023) também destacam o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) instituído pela lei 10.260/2001, como uma das políticas basilares. Os referidos autores apontam que essas políticas foram direcionadas tanto para o setor público como para setor privado com intuito de garantir a expansão da educação e a democratização de acesso. Importa destacar que, neste trabalho discutiremos, principalmente, o Reuni e a Lei de Cotas.

Em suma, nota-se que o processo de expansão parte de iniciativas que buscam ampliar e oportunizar condições de acesso. Dentre elas, é importante destacar, inicialmente, o Reuni, que ocorreu principalmente na esfera pública, a partir do Decreto nº 6.096/2007 (Tombrini, Rocha e Lima, 2020). O Reuni por tem objetivo “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007, p. 1).

Conforme Tombrini, Rocha e Lima (2020) o processo de expansão da educação superior é definido em três fases, em que a fase I compreende o período de (2003-2007) com o objetivo de interiorizar o ensino superior, além de ampliar

a oferta de vagas nos cursos superiores, em destaque, os cursos noturnos, entre outras medidas. Já a segunda fase corresponde ao período de (2008-2012), que estabelece a política de interiorização com objetivo de estruturar as Instituições de Ensino Superior (IES), além de ampliar a oferta de matrículas. E por fim, a terceira fase (2012-2014) com a efetivação contínua do que já estava sendo realizado e estratégias complementares. Ainda segundo os autores ancorados em Brasil (2014) enfatizam que as regiões que mais apresentam avanços significativos entre período de 2003 a 2013, foram o Norte e Nordeste, em destaque o Nordeste com crescimento de 94% no quantitativo. De acordo com Santos, Dias e Vian (2023) os reflexos do processo de expansão possibilitaram uma ampliação no quantitativo de matrículas, bem como na ampliação de instituições de ensino superior.

É nesse contexto que surge a proposta de criação do Campus Arapiraca, aprovada em 2005, através da resolução CONSUNI nº 20/2005 de 01 de agosto de 2005. Foi inaugurado em 16 de setembro de 2006 e autorizado para funcionamento por meio do Parecer do CNE/CES nº 52/2007. A criação do Campus Arapiraca também permitiu o surgimento das Unidades Acadêmicas, sendo uma delas em Penedo, que em 2014, passou a ofertar o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, objeto de estudo deste trabalho (Projeto Pedagógico do Curso, 2018).

Em paralelo a expansão, a Lei 12.711/2012, que institui a Lei de Cotas foi outro mecanismo fundamental na democratização de acesso às universidades, com objetivo de garantir maior número de ingressantes de uma parte da população historicamente excluída, ou que não possuíam condições socioeconômicas para ingressar na educação superior (Santos, Dias e Vian, 2023). Segundo a lei, especificamente no artº 1, p. 1:

“Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público”.

Ainda segundo a lei, o artº 3 destaca que essas vagas deverão ser “[...] preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em

proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência [...]” (Brasil, 2012, p.1). Segundo Santos, Dias e Vian (2023) a democratização possibilitou o ingresso de jovens de classes menos favorecidas, no entanto, Tomás e Silveira (2021), destacam que o acesso às universidades está diretamente marcado pelas desigualdades sociais de classes, raça, gênero e região, que são de origem desde o ensino médio.

Vale destacar ainda, a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de ingresso ao ensino superior. Criado em 1998, o Enem buscava analisar o desempenho dos estudantes da Educação Básica. Em 2004 foi implementado como forma de seleção para o Prouni, e em 2009 passou a ser utilizado para ingresso ao ensino superior associado ao Sistema de Seleção Unificado (SISU) (Nascimento, 2019). Entretanto, diversos estudos apontam para o caráter excludente do exame, como aponta Travtziki (2021, p. 155) destacando que:

“Enem/Sisu confere ao sistema qualidade e eficiência no processo seletivo, o que pode produzir exclusão em nome da meritocracia. Mas tal tendência é em parte compensada pelas políticas de cotas (acesso) [...]. O Enem ajuda a preencher as vagas reservadas para cotas (especialmente em cursos e instituições de menos prestígio), enquanto as cotas possibilitam ao Enem cumprir o objetivo de democratizar o acesso ao ES”.

Com políticas de expansão e a ampliação no número de matrículas ao longo desse período espera-se que ocorra heterogeneidades sociais e demográficas, sobretudo dos ingressantes (Morais, 2019). Corroborando com isso, Rocha e Carvalhaes (2023) também denotam a relevância de investigar a heterogeneidade dos estudantes que ingressam na educação superior. Associado a isso, os estudos Carvalhaes e Ribeiro (2019) também apontam sobre o processo de estratificação mobilidade social a partir da compreensão das dinâmicas de oportunidades educacionais acesso ao ensino superior.

Assim, apoiamo-nos na visão de Tomás e Silveira (2021, p. 170) para justificar a importância deste estudo ao enfatizar que “a expansão quantitativa do ensino superior no Brasil é um fato, cabendo, portanto, uma análise do caráter qualitativo desse processo”. Portanto, considerando as nuances do processo de expansão do ensino superior brasileiro e os diversos cenários convergentes e divergentes, justifica-se a necessidade de compreender a heterogeneidade do

corpo discente a fim de subsidiar discussões em relação aos reflexos da expansão e democratização do ensino superior resultantes das políticas educacionais estabelecidas nas últimas décadas.

Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos discentes ingressantes e formados do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no período de 2014-2022, em relação ao sexo biológico e a etnia.

Para tanto, este trabalho foi organizado em cinco seções, incluindo a introdução, além do delineamento metodológico, resultados e discussões, considerações finais e agradecimentos. A segunda seção, a síntese metodológica, decorre de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, utilizando os procedimentos de estudo de caso, revisão bibliográfica e análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de objeto de estudo. Os dados analisados são de origem dos relatórios do Módulo acadêmico da instituição, SIE WEB, bem como dados secundários na base “UFAL em números”, e registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A terceira seção apresenta o perfil dos ingressantes e formados do curso de estudo e, indicando maior predominância do sexo feminino estabelecendo uma relação com estratificação em relação ao sexo em que há uma maior predominância em curso de docência e cuidados de saúde associado a naturalização dos papéis sociais das mulheres, além das desigualdades de gênero no mercado de trabalho presentes na sociedade. No que concerne os resultados acerca da etnia por cor ou raça, identificou-se predominância de pretos/pardos o que pode estar associado diretamente a efetividade da política de cotas.

A quarta seção, aborda um breve digesto dos resultados obtidos no estudo, além da projeção de novas pesquisas em relação as questões socioeconômicas, assim como questões relacionadas às políticas de permanência, entre outros. Por fim, a quinta e última seção esboça os agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação – FOPTIC/UFS.

METODOLOGIA

LÔCUS DA PESQUISA

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é a maior instituição de Ensino Superior de Alagoas, atuando em 8 municípios alagoanos. Atualmente, a UFAL oferta 104 cursos de Licenciatura e/ou Bacharelado, sendo 93 na modalidade presencial e 11 na modalidade à distância, além da oferta de Programas de Pós-graduação. Dentre os cursos de graduação da UFAL está o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertado em três municípios alagoanos, a saber: Maceió (Campus A. C. Simões), Arapiraca (Campus Arapiraca) e em Penedo (Campus Arapiraca – Unidade Educacional Penedo).

Neste cenário, a presente investigação foi realizada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional Penedo. O curso surgiu a partir do processo de expansão das universidades pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O curso foi autorizado em 2013 através da Resolução nº. 63/2013-CONSUNI/UFAL nº 07/2013, disponibilizando 50 vagas anualmente, no período noturno, de forma presencial, iniciando a oferta no semestre 2014.2 (Projeto Pedagógico do Curso, 2018). Desde a sua primeira oferta em 2014.2 até o período analisado, o curso já contabilizava uma oferta de 10 turmas com um quantitativo de 432 discentes, ingressantes pelo Enem, processo seletivo e reopção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa que segundo Guerra (2014) tem como objetivo principal [...] “aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social [...] sem se preocupar com representatividade numérica”. Quanto aos objetivos, adotou-se um caráter exploratório e descritivo a fim de investigar mais informações sobre o assunto estudado e descrever as características da população e dos fenômenos do estudo (Prodanov; Freitas, 2013).

Para a construção deste trabalho foram utilizados os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e o estudo de caso. Essa metodolo-

gia possibilita um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2002). Para Prodanov e Freitas (2013) esse tipo de estudo permite coletar e analisar informações de uma unidade de forma aprofundada.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de livros, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros materiais científicos associados ao tema. Já, a análise documental foi realizada a partir do Projeto Pedagógico de um Curso (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas.

COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE DADOS

Para compreender o cenário em relação ao ingresso e conclusão no curso de esudo, utilizou-se os dados dos relatórios gerados pelo SIE WEB, Módulo Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), considerando os registros das nove turmas, referentes aos anos de 2014 a 2022. Foram coletados os registros quantitativos referente a 432 discentes, sem a identificação nominal, dos semestres letivos de 2014.2 ao semestre 2023.1, considerando as seguintes informações: quantitativo de ingresso; tipo de ingresso; discentes formados.

Além da coleta nos relatórios, utilizou-se também informações secundárias da base de dados “UFAL em números”, da UFAL, e registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponível em plataformas específicas das instituições, com intuito de fortalecer os dados coletados e coletar informações sobre o quantitativo por sexo biológico, classificados em masculino e feminino, conforme apresenta as plataformas. E por etnia por cor ou raça através da classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pretos, pardos, brancos, amarelo ou indígena. Posteriormente, os dados foram analisados com auxílio do programa *Microsoft Office Excel®*, de forma descritiva.

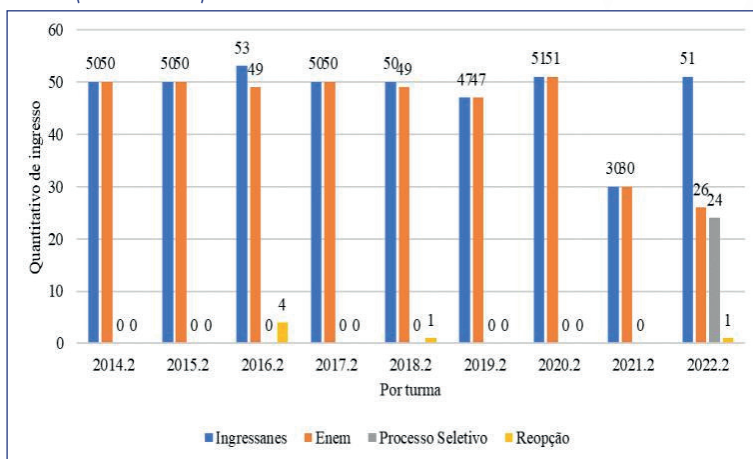
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O panorama geral do curso estudado, desde a sua criação, permite visualizar diversos cenários de permanência, desistência, conclusão, bem como o perfil dos discentes ingressantes e formados ao longo de sua trajetória. Para tanto, apresentaremos inicialmente, os resultados em relação ao tipo ingresso, e

posteriormente o perfil dos ingressantes em relação a etnia por cor ou raça e ao sexo, adotando a mesma forma de apresentação para os formados.

Inicialmente, o estudo em relação ao processo de ingresso ao ensino superior, que embora não seja o objetivo deste trabalho, permite visualizar nuances sobre o perfil dos ingressantes e formados. Deste modo, observando os registros das nove turmas analisadas, 2014 a 2022, nota-se que o ingresso se deu em sua maioria, através do Exame Nacional do Ensino Médio (Gráfico 1).

Gráfico 1: Quantitativo por tipo de ingresso do curso de Lic. Ciências Biológicas, Ufal/Unidade Educacional Penedo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um estudo comparativo por forma de ingresso realizado por Travitzki (2021) identificou-se que os ingressantes pelo Enem têm predominância de estudantes de escola pública, o que pode estar associado a políticas de cotas. Em outra perspectiva, utilizando o mesmo cenário de ingresso, Locatelli e Diniz-Pereira (2019, p. 225) indicam que, em geral, os estudantes que optam pela licenciatura, são “origem nas camadas de renda mais baixa da sociedade, não chegam ao magistério por uma opção profissional, mas sim por um movimento de abandono em relação ao que realmente gostariam de fazer”. Do mesmo modo, estudos relatam que as pessoas de classes baixas têm maior chance de ingressar em cursos de menor status acadêmico como, por exemplo, as licenciaturas (Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Locatelli e Diniz-Pereira, 2019).

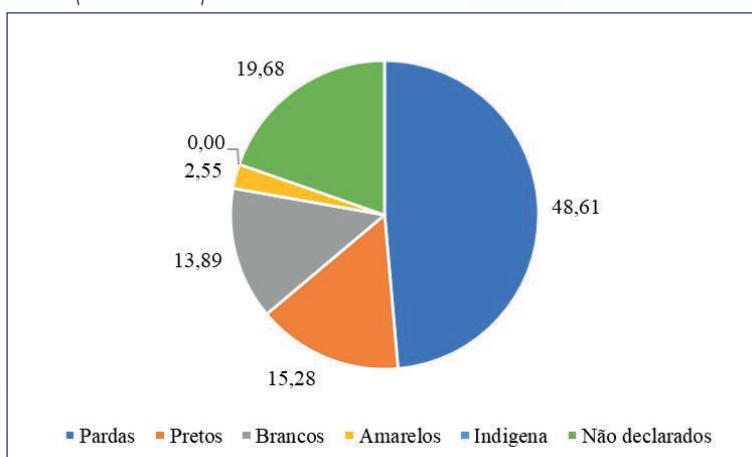
Este fato gera uma preocupação, principalmente, no que concerne a formação de novos professores como destaca Ferreira (2018) sobre crise intensa na formação docente, com a baixa procura por cursos de licenciatura e uma

queda no número de concluintes. Com um alto índice de desistentes, seja por não se identificarem com a profissão ou por conseguirem uma aprovação em outros cursos considerados de “maior status social”. Essa problemática tem evidenciado a necessidade de medidas para incentivar e valorizar a formação de professores, a fim de garantir a qualidade da educação no país.

Já em relação a etnia por cor ou raça dos ingressantes através da classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pretos, pardos, brancos, amarelo ou indígena. Os dados apresentados pela UFAL, referente aos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas apontam uma predominância de ingressantes que se autodeclararam pardos/pretos com 59,4%, seguidos 19,8% discentes autodeclarados brancos, 1% autodeclarados amarelo/indígena e 19,8% não declararam nenhuma informação (Brasil, 2021).

Os dados obtidos do curso pesquisado apresentam similaridade em relação aos cursos semelhantes supracitados, da UFAL, apresentando uma predominância de discentes que se autodeclararam pardos com 48,61%, seguidos de discentes autodeclarados pretos com 15,28%, além de 13,89% de discentes autodeclarados brancos, 2,55% autodeclarados amarelos, e ainda apresenta 19,68% de discentes que não declararam, e nenhum discente indígena, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de discentes por etnia do curso de Lic. Ciências Biológicas, Ufal/Unidade Educacional Penedo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No contexto do Censo do Ensino Superior (2010 – 2021), os dados apresentados também estão em concordância com o percentual de ingressantes

em que 40,8% desses estudantes se autodeclararam pardos/pretos, seguidos por 38,4% dos discentes autodeclarados brancos, 2% amarelos/indígenas e 18,8% sem informações declaradas (Brasil, 2021). Os resultados tanto do curso como do Censo do Ensino Superior apontam para maior ocupação de vagas por estudantes autodeclarados pretos/pardos, o que pode estar associado, principalmente a Lei no 12.711/2012, que estabeleceu a política de cotas para estudantes de escolas públicas de baixa renda, além das vagas reservadas para candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (Silva, 2020).

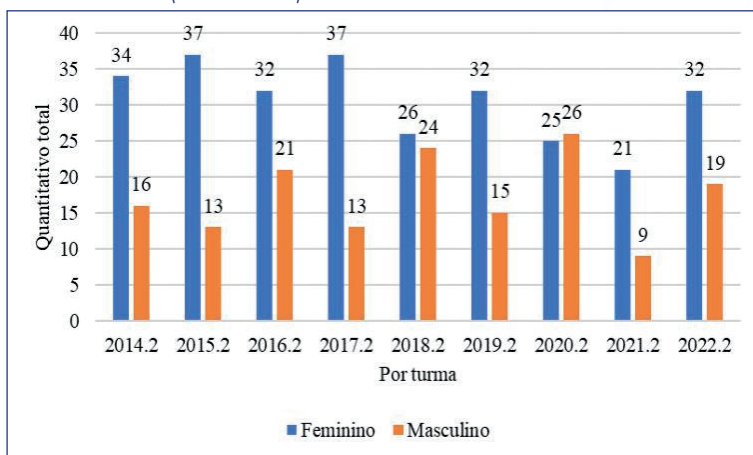
Conforme é estabelecido pela lei, as vagas deverão ser preenchidas [...] em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição [...], considerando os dados do último censo demográfico. Assim, ao analisarmos a partir do Censo demográfico do ano de 2022, a relação entre o percentual da população alagoana por cor ou raça, constatamos 60,36% se autodeclara parda, 29,27 se autodeclara branco, 9,5% se autodeclara preto, 0,64% indígena e 0,18% amarelo (IBGE, 2022). Já em Penedo, onde situa-se a instituição de ensino de estudo, os dados também são semelhantes com autodeclaração de 62,20% pardos, 25,51% brancos, 11,79% pretos, 0,30% indígenas e 0,21% amarelo.

Portanto, Travitzki (2021) destaca que, embora o Enem apresente caráter excludente, esse fator é compensado pela política de cotas em que o exame contribui para o preenchimento das destinadas às cotas, e as cotas cumprem o papel de democratização de acesso ao ensino superior. Ainda nesse cenário, estudos sobre estratificação racial desenvolvidos por Carvalhaes e Ribeiro (2019) indicam que cursos como serviço social, ciências sociais, matemática, letras, biologia, entre outros, têm maior chance de encontrar indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos.

Nessa trilha de proposições, Gatti et. al (2019) revelam uma pesquisa de Picanço, realizada em 2016 sobre quem são os estudantes de licenciatura no Brasil, que reconhece o aumento das matrículas, nos cursos de formação de professores, por jovens negros e de menor renda no período recente, além da consolidação de benefícios educacionais para jovens mulheres em relação a juventude masculina. A pesquisa sublinha que tal realidade é “fruto da maior proporção de estudantes de grupos desfavorecidos que passou a concluir o ensino médio, da ampliação de vagas no ensino superior e dos programas de ação afirmativa nas IES públicas e privadas” (Gatti et. al., 2019, p. 141).

Em outra análise, é possível também traçar o perfil dos ingressantes por sexo biológico. Em uma visão mais ampla à nível UFAL, constatou-se que 59,50% dos ingressantes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas são do sexo biológico feminino, enquanto 40,50% são do sexo biológico masculino (Brasil, 2021). No curso de estudo, esses dados acompanham os índices com 63,88% dos ingressantes do sexo biológico feminino e apenas 36,12% do sexo biológico masculino (Gráfico 3).

Gráfico 3: Quantitativo de ingressantes por sexo biológico do curso de Lic. Ciências Biológicas, Ufal/ Unidade Educacional Penedo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

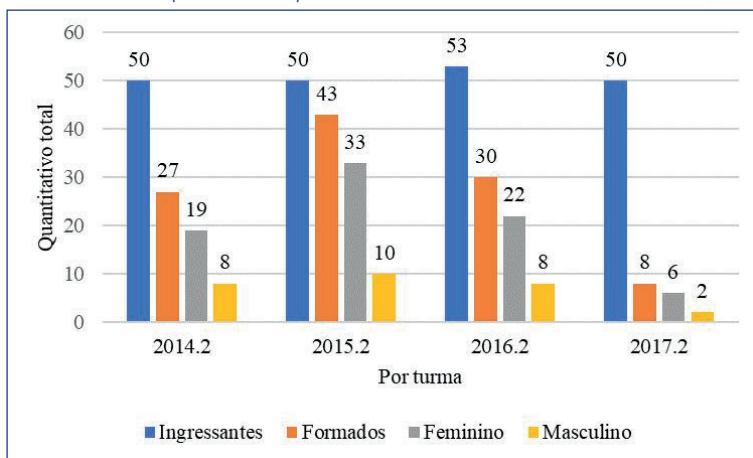
Conforme o gráfico acima, há uma predominância de discentes do sexo biológico feminino em oito turmas, com apenas uma turma que apresenta um número maior de discentes do sexo biológico masculino. Ao analisar o cenário de ingresso no Ensino Superior (2010–2021), constatamos que 56,34% dos ingressantes são do sexo feminino e 43,66% são do sexo biológico masculino, corroborando com os dados apresentados (Brasil, 2021). Além disso, dados do censo do Ensino Superior em relação a *coorte*, que representa o período de análise de 2013-2023, indicam que 73,9% das matrículas em cursos de licenciatura são do sexo feminino, enquanto 26,1% são do sexo masculino (Brasil, 2023)

Em um estudo realizado por Carvalhaes e Ribeiro (2019), notou-se uma estratificação em relação ao sexo em que os cursos da área da docência e cuidados de saúde há uma maior predominância do sexo feminino. Em relação a isso, Tomás e Silveira (2021, p. 159) discutem que essa “distribuição reflete a naturalização dos papéis sociais de gênero que atribui às mulheres e reforça uma

função de cuidadoras”. Esse fato ocorre em diversos países com estudo sobre estratificação, inclusive, no Brasil, e pode ter relação com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (Carvalhoes e Ribeiro, 2019).

Já em relação ao quantitativo de discentes formados, os números acompanham os índices dos ingressantes, com a maioria do sexo feminino. Vale destacar que, para esta análise, utilizou-se apenas os registros das turmas que já tiveram discentes formados. Ao total, identificou-se 108 registros de conclusão, sendo que 74,08% são do sexo biológico feminino e 25,92% do sexo biológico masculino (Gráfico 4)

Gráfico 4: Quantitativo de ingressantes por sexo biológico do curso de Lic. Ciências Biológicas, Ufal/ Unidade Educacional Penedo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao comparar os dados com os registros do censo do ensino superior do período de (2010-2021) dos cursos de Ciências Biológicas ofertados pela UFAL, identificamos uma semelhança no perfil do concluinte em relação a predominância do sexo feminino. No entanto, nota-se uma divergência em relação a etnia por cor ou raça, indicando maioria de estudantes autodeclarados branco, seguidos autodeclarados pardo ou preto. Esses resultados denotam a necessidade de um estudo complementar para compreender as questões associadas a divergência no perfil de ingresso e dos formados, no entanto, pode estar associado às condições de permanência apontadas por Santos, Dias e Vian (2023) em que ressaltam a necessidade de além de democratizar o acesso, garantir políticas de permanência para os estudantes consigam se formar e se inserir no mercado de trabalho.

Numa visão próxima, em relação aos formados do objeto de estudo, o cenário aponta para uma predominância massiva de estudantes que se auto-declararam pardos e pretos com 88,67%, seguidos de 8,49% autodeclarados brancos, e por fim autodeclarados amarelo ou indígena com um somatório de 2,82%. Com processo de conclusão do curso pressupõe-se que estes se insiram na Educação básica, assim é possível verificar também, de forma restrita, a relação entre o perfil do concluinte e o perfil do professor atuante através dos registros do Censo Escolar, em todas as redes de ensino do Estado de Alagoas e de Penedo. Assim, observamos que em Alagoas, no ano 2023, havia uma predominância de docentes do sexo feminino com 75,6%, além também de uma predominância de autodeclarados pardos/pretos 71,2%. Em Penedo, os dados são similares em relação aos dois quesitos analisados, apresentando 79,2% de docentes do sexo feminino e 73,8% de autodeclarados pardos/pretos (Brasil, 2023).

Neste cenário, visualizamos uma consonância entre os perfis analisados no curso de estudo e os professores da Educação básica, em Penedo, no entanto, é pertinente que outros estudos sejam desenvolvidos para traçar um perfil dos ingressantes, formados e professores atuantes, de forma mais sólida, com intuito de acompanhar os registros de ingresso e conclusão, principalmente para entender quem são os docentes do presente e os futuros docentes, considerando o atual cenário de mudanças sociais e políticas da sociedade e a relação com a formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou o processo de expansão e democratização do Ensino Superior no Brasil, principalmente pelo estabelecimento de políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni e a Lei de Cotas, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), bem como a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essas políticas possibilitaram o acesso de parte da população menos favorecida, que historicamente não tiveram oportunidades de ingresso à educação superior, propiciando heterogeneidades sociais e demográficas nas universidades.

Essas mudanças possibilitaram o desenvolvimento de estudos como este com intuito de traçar o perfil dos ingressantes e formados, sobretudo do objeto

de estudo, assim como a influência dessas políticas nesse cenário. Assim, analisando, inicialmente, o tipo de ingresso, observou-se que Enem é caracterizado pelo caráter excludente que, no entanto, é compensado pela política de cotas no processo de democratização de acesso ao ensino superior, contribuindo diretamente para o acesso de estudantes escolas públicas de baixa renda, além de candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Destaca-se ainda, a licenciatura não é vista como primeira opção de ingresso, o que pode gerar uma preocupação em relação a formação de professores no Brasil, e intensificar uma crise já presente no contexto atual. Para este fato, denota-se a necessidade de estudos mais amplos que busquem compreender os impactos futuros. Ao mesmo tempo, amplia-se a necessidade de adoção de políticas públicas de incentivo à formação de novos professores, assim como o estabelecimento de novas políticas que contribuam para a manutenção do professor em aspectos salariais, condições de trabalho, entre outros fatores.

Em relação a etnia por cor ou raça, identificou-se maior presença de ingressantes e formados autodeclarados pardos/pretos, o que pode estar associado diretamente a efetividade da política de cotas. No entanto, esses resultados não exoneram a necessidade de ampliar ainda mais o processo de democratização de acesso ao ensino, para além disso, construir políticas efetivas de permanência nas universidades, sendo um fator fundamental para garantir a formação de novos profissionais.

Já os resultados sobre o perfil em relação ao sexo biológico, os dados apontam predominância, em sua maioria, do sexo feminino, o que pode estar associado a estratificação em relação ao sexo em que há uma maior predominância em curso de docência e cuidados de saúde associado a naturalização dos papéis sociais das mulheres, além das desigualdades de gênero no mercado de trabalho presentes na sociedade.

Por fim, diante das questões expostas, ressalta-se a necessidade de realização de novos estudos que busquem compreender as questões socioeconômicas e as influências na trajetória de formação dos estudantes, assim como questões relacionadas às políticas de permanência e quais fatores positivos e as implicações de um curso noturno.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Além disso, foi desenvolvido com apoio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação – FOPTIC/UFS.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?. **Educ. Puc.**, vol.24, Campinas, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932019000200240&script=sci_arttext. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei no. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar 2023. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.inep.gov.br/>

gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar. Acesso em: 12 set. 2024.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 195–233, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/135035>. Acesso em: 26 out. 2024.

FERREIRA, Marilda de Lima Oliveira. Formar professores em tempos de crise da profissão: um olhar sobre a atuação dos docentes da câmpus universitário da UEG de Iporá-Goiás. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/posgraduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Marilda-de-Lima-Oliveira-Ferreira.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

GATTI, B. A. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. ISBN: 978-85-7652-239-3. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wpcontent/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima, 2014. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-santa-maria/metodologia-da-pesquisa/manual-de-pesquisa-qualitativa/71690025>. Acesso em: 08 set. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>. Acesso em: 11 set. 2024.

LOCATELLI, Cleomar; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 225–243, 18 Nov 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12767>. Acesso em: 27 out 2024.

MORAIS, Ana Maria de Paula. Uma análise multivariada do perfil de alunos do Ensino Superior. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 45–66, 2022. DOI: 10.61673/ren.2022.1127. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1127>. Acesso em: 27 out. 2024.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro. **O acesso ao ensino superior público brasileiro**: um estudo quantitativo a partir dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio. 2019. 292f. Tese (Doutorado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188431>. Acesso em: 20 out. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIS, Márcia Santos Anjo; PIRES, Luciene Lima de Assis. Expansão do ensino superior no Brasil de 1995 a 2020: políticas e ações. **Em aberto**, v. 36 n. 116 (2023). Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5480>. Acesso em 18 set, 2024.

ROCHA, Diego Nunes da Rocha; CARVALHAES, Flavio Carvalhaes. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. **Sociol. Antropol**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://ppgsa.plano-b.com/realizacoes/1247/quem-sao-os-futuros-professores-do-brasil-o-perfil-socioeconomico-dos-cursos-de-licenciatura-do-ensino-superior>. Acesso em: 20 10 out. 2024.

SANTOS, Priscila Soares dos; DIAS, Lázaro Cezar; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Evolução do Ensino Superior no Brasil: da expansão do acesso às condições de permanência. **Revista de desenvolvimento econômico – RDE**, Ano XXV - N. 54 - Jan./Dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7587>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990-ISSN 1415-4765. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10102>. Acesso em: 15 out. 2024

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo docente. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 149–177, 2021. DOI: 10.20336/rbs.781. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/781>. Acesso em: 27 out. 2024.

TRAVITZKI, Rodrigo. Possíveis contribuições do Enem para a democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Em aberto**, v. 34 n. 112 (2021). Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4993>. Acesso em: 20 out. 2024.

TROMBINI, Michelle M. Semiguen Lima; ROCHA, Mônica Aparecida da; LIMA, Fernando Silva. Avaliação do programa Reuni em universidades federais no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 7 n. 6 (2020): Educação formal e não formal, cultura e currículo I. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2307>. Acesso em: 15 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas, Penedo, 2018**. Disponível em: https://arapiraca.ufal.br/graduacao/ciencias-biologicaspenedo/documentos/projeto-pedagogico-1/copy_of_projeto-pedagogico-de-curso-ppc. Acesso em: 20 mar. 2023.

VIEIRA, Geniana dos Santos. Expansão das instituições de ensino superior: Interiorização e Precariedade das Universidades Brasileiras. **Revista Humanidades e Tecnologias (FINOM)**, v. 40, n. 1 (2023). Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4182/2079. Acesso em: 20 set. 2024.